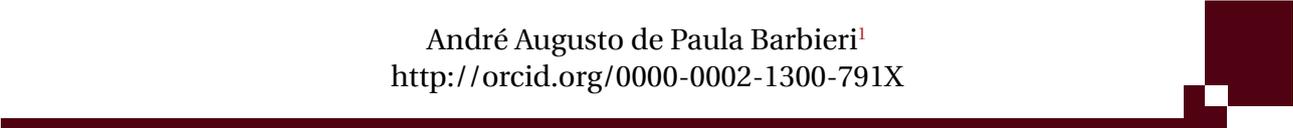


ASCENSÃO PACÍFICA DA CHINA OU NOVA ERA DE CONFLITOS ENTRE POTÊNCIAS?

CHINA'S PEACEFUL RISE OR A NEW ERA OF CONFLICT BETWEEN POWERS?

André Augusto de Paula Barbieri¹
<http://orcid.org/0000-0002-1300-791X>



RESUMO

Neste artigo buscamos explorar as coordenadas concretas da disputa entre Estados Unidos e China. Examinamos as particularidades desse conflito como uma etapa da nova rivalidade entre potências, dentro do esgotamento do ciclo neoliberal herdado da Guerra Fria. Buscamos realizar um contraponto crítico à tese da suposta multipolaridade benigna, segundo a qual a disputa hegemônica no capitalismo pode se dar sem comoções militares e revolucionárias, e que apresenta a China de Xi Jinping como uma alternativa progressista diante da violência do imperialismo estadunidense. Sustentamos que a eventualidade de um conflito aberto entre ambas as nações, no contexto dessa rivalidade entre potências capitalistas dissimilares, apresenta um quadro retrógrado para a humanidade, e não exibe um campo progressista a defender. Indicamos, portanto, a importância do fator da luta de classes na China e da solidariedade dos seus trabalhadores com os povos oprimidos no mundo como componente irreduzível para uma saída independente das políticas levadas adiante em Washington e Pequim.

Palavras-chave: China; Geopolítica; Capitalismo; Socialismo.

ABSTRACT

In this article, we seek to explore the concrete coordinates in the dispute between the United States and China. We discuss the particularities of this conflict as a stage in the new rivalry between powers, within the framework of the exhaustion of the neoliberal cycle inherited from the Cold War. This conception provides a critical counterpoint to the thesis of supposedly benign multipolarity, according to which the hegemonic dispute

¹ Doutor e mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor da rede pública estadual em São Paulo e editor do semanário teórico Ideias de Esquerda. Email: andreapbarbieri@gmail.com.

in capitalism can take place without military and revolutionary upheavals, and which presents Xi Jinping's China as a progressive alternative to the violence of US imperialism. We maintain that the eventuality of an open conflict between the two nations, in the context of this rivalry between dissimilar capitalist powers, presents a retrograde picture for humanity, and does not show a progressive camp to defend. We point out, therefore, the importance of the class struggle as a factor in China, and the solidarity of its workers with the oppressed peoples of the world as an irreducible component for an independent way out of the policies pursued in Washington and Beijing.

Keywords: China; Geopolitics; Capitalism; Socialism.

COORDENADAS GERAIS DO PROBLEMA

Sendo tudo o que existe matéria em movimento, cada fenômeno aparece na história com certo grau de desigualdade constante consigo mesmo. Ou seja, uma coisa é diferente de si mesma, contradiz-se consigo mesma enquanto se move. Esse choque dos contrários é uma das características mais marcantes no desenvolvimento das sociedades humanas. O caso da China ajuda a dar coordenadas mais concretas a essa ideia abstrata. A República Popular surge em 1949 de uma revolução socialista; mas a estratégia que deu origem a ela se opunha decididamente ao desenvolvimento internacional da revolução, a tal ponto que ajudou a pavimentar o caminho da anulação das conquistas prévias do socialismo. A China, que se convencionou alcunhar de socialista hoje, é uma das mais poderosas economias capitalistas do mundo, ainda que ela preserve vestígios, já ressignificados, daquele velho controle estatal da economia, sendo por isso um modelo diferente do capitalismo ocidental. A China, com a trajetória colonial que teve a partir do século XIX, hoje adota posturas colonialistas com distintos países da periferia capitalista. O Partido Comunista Chinês, que nasceu em 1921 como partido da classe operária, é hoje um dos partidos que melhor atendem às necessidades do capital, podendo adquirir um caráter imperialista na medida em que os próprios traços imperialistas da estrutura socioeconômica que representa evoluam. A China é um país adiantado e atrasado ao mesmo tempo: se tomamos o ritmo de crescimento atual, nenhum país na história humana conseguiu se desenvolver industrial e economicamente nessa magnitude; mas se tomamos o coeficiente agregado de poder, a China parte de um grau de atraso substancial em distintos critérios. Ao mesmo tempo, mediante a *dura vantagem do atraso* a China se apropriou dos meios tecnológicos saltando etapas históricas, um processo de desenvolvimento desigual e combinado exacerbado que lhe permite desafiar certos parâmetros até agora intocados das grandes potências. E, como desfecho desse choque de extremos, a China tem uma classe trabalhadora jovem que, embora não tenha demasiada tradição de organização e autodeterminação na luta de classes, justamente por isso sente pouco a carga do conservadorismo socialdemocrata ocidental, o que lhe permite ser um fator decisivo no descortinamento de novas relações históricas de sociedade.

Neste artigo buscamos explorar essas coordenadas concretas no âmbito da disputa entre Estados Unidos e China, em contraposição à tese da suposta multipolaridade benigna, que encontraria em um dos contendentes a chave para a construção de uma nova ordem mundial mais benéfica, dentro do capitalismo. Sustentamos que a eventualidade de um conflito aberto entre ambas as nações *não nos depara um campo progressista a defender*; mesmo na diversidade taxativa de sua condição de nações capitalistas, uma conflagração direta comporia, não obstante, um quadro retrógrado para a humanidade. Diante da impossibilidade de uma saída progressista encarnada na orientação política do imperialismo norte-americano e no bonapartismo chinês, um terceiro sujeito, social e político, por fora da *cristalização dos Estados nacionais já organizados na contenda*, precisa ser levado em consideração na equação história do tempo. Em que medida a solução dos atritos entre Pequim e Washington, expressão da incompatibilidade entre o novo desenvolvimento das forças produtivas industrial-digitais e a estreiteza das fronteiras nacionais, poderia alcançar-se sem guerras destrutivas? A luta de classes ainda não deu a palavra final sobre essa complexa problemática, embora seja o fator decisivo na evolução do conflito.

Para fundamentar essa visão, buscamos partir dos elementos que transformaram a República Popular numa superpotência econômica que ingressou na arena da economia global subordinada aos ditames de Washington, mas que com a crise econômica mundial de 2008 se viu na injunção de converter seu poderio econômico em força de disrupção geopolítica. O velho *status quo* herdado do final da Guerra Fria já se erodiu em seus fundamentos, e a rota de choque que se estabelece entre as duas potências está inscrita tendencialmente na realidade das crises e guerras que se superpõem nesta etapa, tendo como expressão significativa a Guerra da Ucrânia. Por trás dos determinantes imediatos dessa conflagração militar no coração da Europa, existe a continuação da política de Washington e Pequim nesse momento híbrido em que a estabilidade da globalização neoliberal se desmancha no ar. Para investigar essa dinâmica, passaremos em revista o desenvolvimento da relação entre Estados Unidos e China, da segunda metade do século XX até a ascensão de Xi Jinping, um ponto de inflexão fundamental na relação bilateral e na postura da China no tabuleiro internacional, debatendo com a tese do economista italiano Giovanni Arrighi (2008), em seu *Adam Smith em Pequim*, sobre a ascensão harmônico-pacífica da potência chinesa e a hipótese de transição hegemônica sem conflitos militares no capitalismo.

O STATUS ECONÔMICO DA POTÊNCIA CHINESA

Do ponto de vista de sua estrutura econômica, é preciso entender que a China viu um longo processo de restauração do modo de produção capitalista ser concluído em seu território. Nesse processo, que caminhou de maneira tortuosa em meio aos conflitos de classes que no mundo envolveram o contexto da queda do Muro de Berlim e da dissolução da União Soviética, a propriedade nacionalizada dos meios de produção, depois de 1949,

foi revertida, e restituída a forma social da propriedade privada. Como define o economista alemão Ralf Ruckus (2021), em seu *The Communist Road to Capitalism*, a República Popular apresenta fatores importantes que definem as relações capitalistas, todos evidentes desde a década de 1990: o conflito de classes entre os que controlam ou possuem os meios de produção e os que não os controlam, a extração de mais-valia e a exploração, a apropriação dos lucros pela classe dominante, além do uso ampliado de mecanismos de mercado na economia. Essa contrarrevolução econômica da restauração capitalista foi consumada sob a direção do próprio Partido Comunista Chinês (PCCh), que não apenas permaneceu no poder depois de operar a regressão das bases nacionalizadas da economia, mas no século XXI impulsiona a projeção internacional desse capital nacional para disputar nichos de acumulação de investimentos com as principais economias do mundo, em primeiro lugar com os Estados Unidos. Esses são pontos vitais para compreender a relação que a República Popular da China estabelece com o mundo em sua geopolítica particular: melhorar as posições do seu próprio capital, dentro do presente sistema de Estados, em detrimento dos capitais rivais.

Antes mesmo da conclusão desse processo tortuoso de restauração capitalista, iniciado com Deng Xiaoping em 1978, a China já havia aberto sua economia para a entrada de inúmeras multinacionais estrangeiras, e isso deu origem no decorrer das últimas quatro décadas a um grau extraordinário de extração de mais-valia da sua classe trabalhadora e do seu campesinato. Na China de Xi Jinping, a morfologia do processo produtivo adquire as características essenciais do que Marx identificava no modo de produção capitalista, em seus *Grundrisse*: o capital atua como “domínio sobre a capacidade de trabalho”, e o trabalho objetivado, como propriedade privada alheia ao produtor, serve ao proprietário como instrumento de “domínio, comando sobre o trabalho vivo” (Marx, 2011, p. 372).

A China, entretanto, tampouco é uma economia capitalista assimilável ao modelo ocidental. A permanência do Partido Comunista Chinês na direção do Estado, operando a transição das bases nacionalizadas da economia para uma economia baseada na propriedade privada, inclui um forte elemento de *dirigismo estatal* que a distingue do capitalismo ocidental. Encontramos, por aproximações sucessivas, uma nova complexificação do caso chinês, porque os aspectos residuais da planificação burocrática da economia chinesa repousam agora sobre novas bases sociais. Nessas condições, uma combinação contraditória entre o rígido controle do Estado por uma burocracia conservadora e uma estrutura social fundada na forma privada de propriedade dá origem a uma formação complexa e particular, que projeta o poder crescente do núcleo mais forte dos capitalistas individuais da China, ao mesmo tempo em que disciplina esse grande capital à estrutura de poder do Partido Comunista.

Essa economia capitalista *sui generis* da China integra o sistema mundial atual, cuja velha ordem foi comandada pelos Estados Unidos desde o final da Guerra Fria e reverdeceu aproveitando as regras do jogo da globalização neoliberal. Não obstante, em sua nova fase de desenvolvimento, a República Popular, a fim de seguir o curso de sua evolução material a partir da crise econômica mundial de 2008, sentiu a necessidade de passar a

interferir em determinados assuntos globais para defender seus interesses particulares. Adquire com isso, no curso desse incrementado ativismo estrangeiro, e especialmente no processo de projeção internacional do seu capital, determinados *traços imperialistas* que transcendem a própria incompletude de seu *status* global, inferior em desenvolvimento àquele do imperialismo estadunidense ou das potências europeias. Tal disparidade não deve, entretanto, obscurecer o poder fático da realidade. Os acordos financeiros e comerciais em troca de acesso privilegiado à pilhagem de matérias-primas, a troca de créditos por direitos de exploração de recursos na África e na América Latina, sua incipiente vocação política de buscar ser um fator nas decisões internas de alguns países da periferia capitalista, o projeto da Nova Rota da Seda (*Belt and Road Initiative*, BRI, no acrônimo em inglês), entre muitos outros aspectos, simbolizam esses traços imperialistas da China, que se afastou de qualquer “orientação socialista” há já muito tempo.

O PONTO DE INFLEXÃO DE 2008

O esforço da China em erguer-se como ator de importância preponderante na geopolítica, traduzindo o poder econômico em influência política e militar, encontra oposição em Washington e em todo o *establishment* bipartidário norte-americano. A partir das novas condições abertas pela crise mundial em 2008, exigências ainda mais prementes se impuseram ao objetivo da China em alçar-se como potência. Como resultado da convulsão no comércio e nas cadeias de valor globais, a China de Xi Jinping foi obrigada a se adaptar aos novos tempos da competitividade entre as potências, e aos menores espaços para cooperação internacional. Essa adaptação passou pelo distanciamento dos paradigmas industriais estabelecidos pela primeira onda de reestruturação produtiva realizada na República Popular, que coincidiu com a restauração do modo de produção capitalista e a eliminação da economia planificada burocraticamente pelo Partido Comunista. Esta primeira reestruturação produtiva se caracterizava pela dependência de trabalho intensivo, não-qualificado ou semi-qualificado, de reduzida remuneração salarial e baixa agregação de valor, num contexto industrial estimulado pela demanda externa de mercadorias. Mediante a privatização das pequenas e médias empresas estatais, e a realização de *joint ventures* com empresas de capital estrangeiro (particularmente de Hong Kong, Taiwan e Macau, mas também de capital ocidental), a indústria chinesa criava grande bolsões produtivos orientados à exportação, em detrimento do mercado interno, que permaneceu com capacidade latente devido aos baixos salários.

Com o modelo da indústria manufatureira orientada à exportação, surgida após a grande reestruturação produtiva oriunda da restauração capitalista ao final da década de 1990, a República Popular da China acumulou um massivo *quantum* de riqueza. O PIB anual da China cresceu, nas últimas três décadas, a uma média anual de 9,8% (Shengjun; TU; CANFEI, 2017). Mesmo nos anos imediatos pós-crise, esse PIB crescia em média entre 7-9% anualmente, com um incremento de oito vezes no PIB *per capita* no período

de 1991-2015, passando de US\$800 a US\$6500 (Chen *et al.*, 2018). Mais de 500 milhões de seres humanos foram retirados da linha de pobreza (Stenslie; Galtung, 2023). Esse rápido crescimento econômico fez da China um fenômeno superior ao representado pelo Japão na década de 1980, ou pelos Tigres Asiáticos (Hong Kong, Taiwan, Singapura e Coreia do Sul) na década de 1990, numa célere passagem ao posto de segunda economia capitalista global. Esse avanço em termos técnicos, entretanto, consumiu vorazmente as energias internas da força social que o levou adiante, trabalhadores e camponeses. Os camponeses passaram por um longo processo de empobrecimento e despossessão de terras, obrigados a migrar para as cidades para fugir da fome. Os trabalhadores urbanos foram despojados dos direitos sociais adquiridos com a economia planificada no sistema do *danwei* (a “tigela de ferro de arroz”, que fornecia emprego vitalício e uma rede de benefícios sociais ligados com a unidade socialista da produção urbana), e passaram a ser submetidos a contratos de trabalho determinados, sem direitos, com baixos salários, por longas horas de trabalho, nas indústrias costeiras fomentadas por capital estrangeiro². Esse modelo de acumulação capitalista reposicionou o gigante asiático no centro da produção industrial global e transformou a China na “fábrica do mundo”, altamente concentrada nas regiões Sul e Sudeste.

A partir da crise econômica mundial de 2008, entretanto, esse modelo já não podia subsistir. A redução da demanda externa e a depressão do comércio internacional obrigaram o governo chinês a reorientar o seu esquema produtivo, a fim de reduzir sua exposição econômica ao mercado estrangeiro. Ademais, o crescimento da média salarial e a escassez de força de trabalho na região costeira desafiava o velho padrão produtivo. Esses problemas exigiram do Partido Comunista um plano político reordenador, que buscava abandonar a dependência exclusiva do modelo exportador de manufaturas. Uma segunda reestruturação produtiva na China se deu nesse contexto. Ela teve como característica o estímulo da produção de alta tecnologia; a substituição do perfil localmente concentrado da produção por um esquema produtivo voltado à disputa de nichos de acumulação capitalista global com as grandes potências; e a substituição da ênfase na orientação exportadora pelo atendimento cada vez maior do mercado interno.

Essa segunda reestruturação produtiva está ligada ao início da era Xi Jinping, em 2013. Sua administração, que alcançou um inédito terceiro mandato no 20º Congresso do Partido Comunista Chinês em outubro de 2022, está marcada pelo intenso estímulo ao

² Entre 1994 e 1995, o PCCh encenou duas séries de legislações que desarticularam o velho sistema socialista da indústria estatal e abriram caminho para a liberalização do mercado de trabalho. A Lei Empresarial de 1994 regia que todas as empresas até então dirigidas pelo Estado passavam a ser liberalizadas, atuando como corporações acionárias cujo objetivo estava orientado à obtenção do máximo lucro. A partir daí, o Estado ficava desincumbido do ônus financeiro de todos os benefícios sociais anteriormente ligados à estrutura fabril urbana (o *danwei*, em que educação, moradia, previdência, saúde eram gratuitos), cujos custos eram transferidos para a responsabilidade das famílias individuais. Muitas pequenas e médias empresas estatais foram privatizadas e entregues a custo baixo para os administradores fabris, todos quadros políticos com amplas conexões no interior da burocracia do Partido Comunista Chinês. Já segundo a Lei Trabalhista, de 1995, os trabalhadores urbanos que gozavam no sistema *danwei* de empregos vitalícios e hereditários aos descendentes imediatos eram coagidos a terminar sua relação empregatícia com as empresas estatais. Uma vez finalizada a velha relação, que abrigava direitos e benefícios, esses trabalhadores se submetiam a novos contratos de trabalho, que descartavam a estabilidade e benefícios anteriores.

desenvolvimento endógeno de alta tecnologia e pela subordinação dos avanços econômicos às considerações de segurança nacional. O estímulo ao desenvolvimento de alta tecnologia – sintetizado no *Made in China 2025*, plano-insígnia de Xi Jinping que busca colocar a China na liderança de setores como robótica, semicondutores, biotecnologia, baterias para veículos elétricos etc. – implica mudanças drásticas na conformação do trabalho. A força de trabalho exigida pelo esforço tecnológico da nova reestruturação produtiva chinesa impõe uma maior qualificação do trabalho (Ernst, 2016), incluindo a problemática da robótica e a utilização de equipamentos sofisticados integrados na chamada Indústria 4.0 (Borjas; Freeman, 2019; Acemoglu; Restrepo, 2019). Sendo o trabalho humano, entretanto, insubstituível para a valorização do capital e determinante para o funcionamento da lei do valor, o fenômeno observável nesta etapa produtiva chinesa é o da adaptação da força de trabalho ao mundo digital, e sua subsunção a ele sob o comando do capital. No interior do sistema capitalista, a introdução de melhorias técnicas, ao contrário de facilitar o trabalho, torna seu dispêndio mais laborioso e precarizante, no intuito de maior absorção de trabalho abstrato convertido em mais-valia. No próspero setor tecnológico chinês, simbolizado pelas gigantes de internet Alibaba, Tencent e JD.com, jovens trabalhadores dedicam sua maior qualificação laboral a ritmos de trabalho intensos. O emblema dessa nova cultura de exploração do trabalho no setor da tecnologia é o sistema laboral “996”: das nove horas da manhã às nove da noite, seis dias por semana. A nova reestruturação produtiva, ademais, abriu ampla margem de desenvolvimento para as empresas de plataforma, particularmente as especializadas em entregas, como a Meituan ou Ele.me, e de carona, como a Didi Chuxing, que incrementam a exploração e precarização do trabalho.

A incorporação da tecnologia digital na morfologia do trabalho, na China como no mundo, resultou não na alegada “substituição do trabalho humano por máquinas”, mas em um maior uso do trabalho humano sob condições modeladas à nova fase de extração da mais-valia. Ademais, resultou não na suavização, mas na precarização do trabalho humano (Antunes, 2023). No caso da China, não apenas a nova classe proprietária, mas também o Estado, comandado pelo Partido Comunista Chinês, é um impulsionador da precarização das condições de vida dos trabalhadores, nas duas fases da reestruturação produtiva.

É mediante esse disciplinamento do trabalho, com a conseqüente precariedade laboral e destruição das condições de vida das classes subalternas, que o coeficiente global de poder econômico da China se incrementou, a ponto de poder transformá-lo em capacidade de influência política internacional. Sem tais práticas de exploração do trabalho – que são tendências verificáveis, em seus fundamentos, também nas economias estadunidense e europeia, guardadas as características distintivas específicas de disciplinamento laboral que o regime bonapartista chinês pode exercer, diante do imperialismo ocidental – seria impensável que a China pudesse disputar a primazia tecnológica e econômica com o colosso imperialista estadunidense. A evolução rápida da China não é, pois, resultado da ordenação virtuosa da política do Partido Comunista Chinês, e sim da expropriação das conquistas revolucionárias promovida pela burocracia restauracionista com o propósito

de alavancar sua posição no sistema capitalista. O Estado forte, a base operária e camponesa disciplinada pelas campanhas políticas permanentes e os mecanismos de controle sobre os dispositivos econômicos tiveram de se mesclar com a estrutura burocrática de um partido-Estado que não abonava a existência de organismos de democracia direta do tipo da Comuna de Paris de 1871, ou da democracia dos conselhos em 1917, nem buscava a expansão das conquistas de 1949 ao panorama internacional.

Essa combinação foi indispensável para a comunhão dos interesses do imperialismo norte-americano em restaurar o capitalismo na China, e a execução desse projeto pelo próprio organismo estatal da República Popular. Em sua configuração atual, entretanto, os Estados Unidos se veem em rota de colisão com uma economia que passou a estabelecer determinados desafios a sua hegemonia, ou ao menos a projetar esses desafios no horizonte com muito maior nitidez.

A RIVALIDADE ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA, DA GUERRA FRIA À QUEDA DO MURO DE WALL STREET

Apesar de apenas iniciar seriamente seu caminho ascensional a uma potência com capacidade disruptiva na ordem unipolar em agonia, a China alterou todos os contornos estratégicos dos Estados Unidos para o século XXI. Com efeito, não é a aliança com a Inglaterra, nem a rivalidade com a Rússia, o que caracteriza a chave das relações de cooperação-competição do *establishment* imperialista estadunidense nesta etapa. A principal preocupação geoestratégica dos Estados Unidos é a China, especialmente com a ascensão de Xi Jinping ao cume do Partido Comunista Chinês. A rivalidade entre Washington e Pequim vinha sendo desenhada há décadas e se tornou uma prioridade para os Estados Unidos a partir da restauração capitalista na União Soviética, de um lado, e do massacre da Praça Tiananmen em 1989, de outro. Tanto a Rússia quanto a China passaram por revoluções – muito distintas entre si – que expropriaram a burguesia e nacionalizaram os meios de produção. Mas, enquanto a restauração capitalista na Rússia, produto da atuação fragilizante da burocracia stalinista, significou um vertiginoso enfraquecimento das forças produtivas e da economia, com o desaparecimento do Partido Comunista, na China as coisas se deram de maneira distinta. Aproveitando as conquistas da Revolução Chinesa de 1949, e servindo-se de maneira parasitária dessas conquistas, a burocracia restauracionista em Pequim logrou alavancar um poderoso processo de acumulação primitiva sobre as bases do atraso econômico chinês, e restituiu a propriedade privada dos meios de produção sobre os pilares erguidos (e expropriados politicamente) da Revolução. O Partido Comunista Chinês, que assim como o Partido Comunista da União Soviética foi o encabeçador de todas as reformas restauracionistas na era Deng, ao contrário do seu análogo russo conseguiu se manter de pé, mediante a brutalidade da repressão nos turbulentos anos que encerravam a década de 1980.

Os Estados Unidos tiveram papel fundamental nesse desenlace, e a princípio concebiam o enriquecimento da China, mediante a restauração, como a melhor maneira de neutralizá-la e mantê-la sob sua supervisão. O otimismo devinha do contexto da dissolução da URSS, que o tornava senhor dos assuntos capitalistas no mundo, diante de uma China frágil economicamente à saída da década de 1990. Entretanto, o cálculo otimista não se viu realizado. Se a restauração foi um processo aclamado pelos Estados Unidos, o soerguimento da China de uma posição subalterna para o *status* de potência capitalista em rápida ascensão, esgrimindo hoje determinados traços imperialistas, como dissemos, alterou completamente o panorama projetado. As décadas de exorbitante crescimento econômico em colaboração simbiótica com os Estados Unidos se converteram, não em um “capitalismo ordinário ocidental” subordinado aos ditames de Washington, mas em um capitalismo agressivo e hostil ao ocidente, revisionista do *status quo* mundial e mirando como meta desafiar a preeminência política, tecnológica e militar dos Estados Unidos.

O caminho que nos trouxe até esta nova etapa da discórdia brilha pela inconstância. A Revolução Chinesa foi a razão do caráter gélido das relações entre Washington e Pequim a partir de 1949, a despeito das modificações na conduta dos dois países durante as vicissitudes da Guerra Fria. É importante levar em conta que a frieza da conduta de Washington responde hoje a razões diversas. Se na década de 1950 fundamentava-se no caráter operário do Estado, ainda que burocraticamente deformado, agora se fundamenta no *poder do capitalismo chinês de desafiar sua primazia em determinadas áreas econômico-tecnológicas e geopolíticas*.

Na década de 1950, Estados Unidos e China estiveram em guerra, ou em atritos diplomáticos, de forma praticamente permanente. A Guerra da Coreia, entre 1950-53, opôs diretamente os dois exércitos na península conectada territorialmente com a China continental, e foi a maneira encontrada pelo imperialismo estadunidense, em modo agressivo no pós-Segunda Guerra, de impedir que o Exército de Libertação Popular fizesse uma ofensiva decisiva contra Taiwan para reincorporá-la em seu território. Esse auxílio direto ao Kuomintang foi a continuidade do suporte conferido por Washington às forças de Chiang Kai-shek durante a guerra civil, de 1946-49. Taiwan passou a ser então uma espécie de protetorado dos Estados Unidos, gerando rusgas intermitentes. A intervenção imperialista no Vietnã, uma guerra por procuração que passou por várias fases desde 1955 até 1975, foi também uma maneira dos Estados Unidos bloquear a expansão, não apenas soviética, mas também da China maoísta pelo sudeste asiático. A acrimônia nas relações bilaterais dos dois países ficou sacralizada no encontro, com relatos disputáveis, entre o primeiro-ministro Zhou Enlai e o secretário de Estado norte-americano, John Forster Dulles, em 1954 na Conferência de Genebra, na qual Dulles se negou a cumprimentar Zhou Enlai (Sutter, 2018).

A década de 1960 representou uma fase de transição nas relações. A crescente dissociação entre a União Soviética e a China teve como símbolo o apoio soviético à Índia durante a disputa territorial com a China em 1962, e alcançou o ápice em 1969 com o grave conflito sino-soviético na fronteira, na Ilha Zhenbao sobre o Rio Ussuri. Tais ocorrências

foram interpretadas pelos Estados Unidos como uma oportunidade dourada para fragmentar o chamado “bloco comunista” durante a Guerra Fria (Saunders; Bowie, 2019). Esses fatos, por si mesmos, lançam luz sobre o nacionalismo conservador das burocracias no Kremlin e em Zhongnanhai, que operavam suas relações internacionais com o critério dos interesses de seus respectivos Estados nacionais, e não da expansão da luta de classes. Washington soube tirar proveito dessa situação, preparando em 1971, com a viagem secreta de Henry Kissinger à China através do Paquistão, a chegada de Richard Nixon a Pequim e seu encontro com Mao, em 1972. A reaproximação dos dois países, em detrimento da URSS (vista pela China como uma ameaça mais próxima do que o longínquo Estados Unidos) descongelou a relação mútua, e resultou na inclusão da China como membro pleno da ONU, à revelia de Taiwan – que permaneceu com relações extraoficiais, não por isso menos firmes, com os Estados Unidos.

Durantes as décadas de 1970 e 1980, a China tinha importância estratégica para os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, na medida em que debilitava a posição da União Soviética. Ademais, com a morte de Mao e a ascensão de Deng Xiaoping, iniciador do período das reformas de abertura pró-capitalista na China, Republicanos, Democratas e o Partido Comunista serviram-se em comunhão da exploração da força de trabalho chinesa, embora com objetivos específicos. Entretanto, sob o governo de Mikhail Gorbatchov na URSS, um estadista com quem Margaret Thatcher afirmara “ser possível fazer negócios”, a Rússia tornou-se menos problemática para Washington. O curso restauracionista na URSS estava caminhando a todo vapor, e culminaria em 1991 com sua dissolução. A partir desse momento, a China passava a não possuir mais a importância geopolítica que tinha na Guerra Fria, como contrapeso asiático a Moscou, o que enaltecia sua importância em termos econômicos, quanto à possibilidade de reintegrar sua vasta força de trabalho ao domínio da acumulação capitalista.

O eixo dos interesses dos Estados Unidos em relação à China passou a ser, portanto, de ordem socioeconômica: era preciso acelerar o processo restauracionista, que se concretizara na URSS, na China. A repressão da burocracia de Deng Xiaoping sobre os protestos na Praça Tiananmen, embora freassem temporariamente o curso das reformas, provaram-se apenas um interlúdio para o firmamento da autoridade do PCCh, que a partir de 1992 caminharia a passo certo para a recomposição do modo de propriedade privado. O *modus operandi* de Washington se inscrevia no plano da reintrodução da China em seu estilo habitual de sociedade, e a absorção de sua massa de trabalho potencial disponível para valorização do capital. Para o capitalismo mundial, tratava-se de um período de esperanças, com as décadas neoliberais oxigenadas pelo retorno à órbita da exploração capitalista de centenas de milhões de trabalhadores. A China não escaparia a esse destino. Mas a forma em que reingressou nas condições mundiais do mercado capitalista não foram aquelas esperadas por Washington, embriagado com o triunfo sobre a União Soviética.

A sobrevivência do Partido Comunista Chinês, como figura suprema da política chinesa, seria indissociável do processo de reinserção da China no mercado mundial. Efetivamente, a reintrodução do capitalismo como modo de produção dominante e

o forte disciplinamento da força de trabalho, à contrarrevolução econômica e laboral operada em favor dos investimentos estrangeiros, seriam impensáveis sem a condução férrea do PCCh. Essa combinação, ainda que desagradasse os Estados Unidos, mantinha a benevolência norte-americana ao lado do governo chinês, tendo como primeiro objetivo não estremecer o curso da regressão econômica com choques de ordem política. A elegia cantada por Washington, nas décadas posteriores, contra o alegado regime comunista chinês, não nos pode fazer escapar ao fato de que os Estados Unidos colaboraram grandemente com o fortalecimento não só do capitalismo chinês, mas também da burocracia do Partido Comunista.

Assim, vimos um processo de prorrogação letárgica da concentração das atenções dos Estados Unidos sobre a rivalidade com a China, depois da queda da União Soviética. Isso deu tempo para que Pequim robustecesse suas forças e diminuísse suas graves deficiências relativas. Os motivos combinaram múltiplos fatores internacionais, desde a cooperação econômica com a China até o envolvimento dos Estados Unidos em conflitos internacionais durante toda a década de 1990 e 2000.

A administração de George H. W. Bush (1989-93) acolheu as relações com a China como estratégicas para os Estados Unidos. Sustentava essa postura diante da possibilidade de um ressurgimento da “ameaça soviética”, mas também para fins de estabilização do panorama internacional, na medida em que os Estados Unidos intervinham militarmente na Guerra do Golfo, assaltando o Oriente Médio e bombardeando o Iraque entre 1990-91, pela questão do Kuwait. Bill Clinton, presidente dos Estados Unidos de 1994 a 2000, também adotou a conduta de suavização das relações com a China, apesar de encontrar desafios como a Crise do Estreito de Taiwan de 1995-96, e a crise econômica asiática de 1997. Particularmente importante aos Estados Unidos era manter boas relações com a China diante da nova aventura militar de Washington, a agressão contra Kosovo em 1999. Essas ocupações militares dos Estados Unidos na década de 1990 deram fôlego à China, que não interveio nos conflitos e permaneceu concentrada em seus esforços de desenvolvimento interno.

Com a entrada de George W. Bush na presidência dos Estados Unidos, no ano 2000, projetava-se uma modificação drástica na relação com a China. Tratava-se de uma postura mais cética, em virtude da qual os Republicanos prometiam tratar o gigante asiático como um competidor estratégico, não mais como um parceiro estratégico. Essa atitude foi reforçada em abril de 2001, com a colisão acidental de uma aeronave de reconhecimento do Pentágono com um caça da Marinha chinesa, sobre as águas do Mar do Sul da China. Entretanto, os atentados da Al Qaeda ao World Trade Center, em 11 de setembro de 2001, alteraram toda a projeção de Washington. As prioridades de segurança dos Estados Unidos foram reordenadas, substituindo a hostilidade com a China pelo combate ao terrorismo no Oriente Médio, materializadas nas catastróficas intervenções militares imperialistas no Iraque e no Afeganistão. Após 2001, a China não apenas havia conquistado o acesso desejado à Organização Mundial do Comércio, mas também uma relação amistosa com os Estados Unidos, que mais uma vez se caracterizava pela cooperação, agora no “combate

ao terror”. Embora os funcionários da administração Bush fossem cautelosos na adoção da conduta de parceria com a China, a nova aventura imperialista no Oriente Médio não deixava alternativa senão prorrogar o enfrentamento direto com Pequim. A ascensão ao poder de Hu Jintao foi premiada, assim, com a classificação da China, não como uma “competidora estratégica” dos Estados Unidos, mas como “parte interessada responsável” pela estabilidade global e a garantia da segurança diante das novas ameaças.

A RIVALIDADE EM TEMPO DE CRISE MUNDIAL

A administração Obama se iniciou em 2009 com complicações a nível internacional. No plano político-militar, os Estados Unidos estavam enlameados no panorama geopolítico do Oriente Médio. Com dezenas de milhares de soldados ocupando a região após o fracasso das ofensivas militares no Iraque e no Afeganistão, debilitava-se consideravelmente a figura internacional dos Estados Unidos, impulsionando o curso declinante de sua hegemonia. No plano econômico, 2008 representou o início da crise econômica mundial, com a queda do quarto maior banco de investimento dos Estados Unidos, o Lehman Brothers, e o choque em cadeia para toda a economia mundial. O epicentro da crise eram os Estados Unidos. Nessas circunstâncias, a colaboração com a China seguia sendo sumamente importante para Washington. Barack Obama sustentou uma relação amistosa com o Partido Comunista Chinês especialmente até 2014, e mais em geral até deixar a presidência em 2017. A construção de melhores relações com as potências asiáticas, como China e Índia, despontava como produto da necessária realocação estratégica dos Estados Unidos, que ainda tendo laços relevantes no Oriente Médio, precisavam com urgência desincumbir-se desse teatro de operações, com a remoção gradual das tropas de ocupação. A aliança com a China foi utilizada para dar conta dos desafios colocados pelo programa nuclear de países como Coreia do Norte e Irã, e na mitigação dos efeitos da crise econômica mundial. O instrumento de diálogo bilateral entre Estados Unidos e China, chamado “Diálogo Econômico e Estratégico”, foi lançado pela administração Obama para materializar o sentido da “relação compreensiva, positiva e de cooperação” entre essas potências.

Mais uma vez, entretanto, a leitura que Washington fazia da situação era diferente daquela realizada em Pequim. As dificuldades dos Estados Unidos em lidar com os problemas no Oriente Médio e na economia global foram lidos pela cúpula do PCCh como manifestações de fragilidade da principal potência imperialista do mundo. A ninguém era segredo a decadência hegemônica de um país que era desafiado até mesmo por uma ditadura sanguinária como a de Bashar el-Assad, que utilizou gases tóxicos para eliminar rivais na Síria mesmo após a divulgação das “linhas vermelhas” de Obama. Diante dessa constatação, a China passou a agir segundo cálculos preparatórios mais assertivos. A partir de 2011, Pequim assumiu uma postura mais impositiva dentro das disputas territoriais no Mar do Sul da China, num momento em que a ascensão de Xi Jinping já estava assegurada, como vice-presidente da Comissão Militar Central no governo Hu Jintao.

A massiva crise financeira internacional iniciada nos Estados Unidos foi percebida como um fator adicional de fraqueza, junto ao declinante poderio estadunidense evidenciado nas longas guerras do Iraque e do Afeganistão. Por outro lado, a China emergiu da crise econômica com um crescimento pujante, fluxo de capitais e com maior confiança no seu modelo de crescimento econômico dirigido pelo Estado, em contraposição à desacreditada abordagem do livre-mercado patrocinada pelos Estados Unidos. Sob essas circunstâncias, a classe dominante chinesa e a opinião pública começaram a olhar com crescente desaprovação a conduta reativa e cautelosa de Hu Jintao. Nos assuntos externos, acomodar-se aos Estados Unidos e às potências regionais (como o Japão e a Índia) nas questões permanentes de interesse chinês, em termos de segurança, soberania, entre outros, parecia agora excessivamente equivocado e passivo. Embora a abordagem de Hu estivesse em sintonia com as instruções de Deng Xiaoping, acerca de que a China deveria manter um baixo perfil e concentrar-se no desenvolvimento doméstico, a opinião dos poderes fáticos na China favorecia uma abordagem mais robusta e proeminente nos assuntos internacionais. A resultante foi uma postura mais assertiva, com mais atividade e um uso considerável de coerção, geralmente próximo de uma atuação militar aberta, ao empregar o poder econômico, político e militar da China a fim de estabelecer os objetivos destacados naquele plano que Xi Jinping chamou de “Sonho Chinês” (Sutter, 2018, p. 146-47; tradução nossa).

Foi nesse contexto que Barack Obama lança a política de reordenamento da atenção dos Estados Unidos, o chamado “Pivô para a Ásia-Pacífico”. Esse rebalanceamento da concentração militar dos Estados Unidos para a Ásia-Pacífico não significava o abandono da conduta de cooperação com a China, nem uma intenção deliberada de desestabilizar as relações sino-estadunidenses. Não obstante, indicava que os Estados Unidos aceleravam a solução das pendências no Oriente Médio para atuar como uma força de contenção à China. A China desaprovou amargamente a decisão dos Estados Unidos de reorientar sua atenção estratégica para a Ásia-Pacífico, e a encarou como uma ameaça. A partir daí, a China de Xi Jinping buscou entabular uma nova etapa de interação global. Podemos identificar esse momento, e a entrada oficial de Xi Jinping como líder supremo em 2012, como o início do novo acirramento na disputa estratégica entre os dois países. Em sua visita oficial à Califórnia em 2013, para encontrar Barack Obama, Xi Jinping se referiu ao paradigma que considerava apropriado para a regulação da relação bilateral, o “Novo Tipo de Relações entre Grandes Potências”. Na definição proposta pela China, essa nova forma de relação se daria mediante três elementos: nenhum confronto entre ambas as potências, respeito mútuo pelos interesses estratégicos de cada parte e cooperação bilateral. A fórmula em si aparenta uma continuidade com o passado, mas já é expressão da nova conduta internacional impressa por Xi: tratava-se de uma contrapartida ao “Pivô” de Obama. A China exigia poder continuar seu desenvolvimento econômico de maneira desimpedida, sem que os Estados Unidos buscassem freá-lo.

A prorrogação da abordagem do “problema chinês” pelos Estados Unidos, envolvidos em conflitos e aventuras militares já entrada a década de 2010, cobrava seu preço em espécie. Nos bastidores da relação de cooperação bilateral, surgia uma China cada vez mais reticente em participar de forma subalterna das regras do jogo estabelecidas em Washington. As questões de segurança se tornaram mais proeminentes, com a

acumulação de forças militares capazes de desafiar os interesses imperialistas em Taiwan e mais em geral na Ásia-Pacífico. Foi justamente nos anos finais da administração Obama, a partir de 2014, que Xi Jinping desencadeou uma campanha de colonização dos recifes mais importantes do Mar do Sul da China mediante a construção de ilhas artificiais militarizadas. Também nesse ano se incrementaram as relações da China com a Rússia, ao mesmo tempo em que o presidente Vladimir Putin anexava *manu militari* a península da Crimeia, oito anos antes da invasão militar russa em território ucraniano. A China via a Rússia como um contrapeso útil aos Estados Unidos na Ásia, assim como a Rússia encarava a China como um aliado útil contra Washington e a OTAN no Leste europeu – algo que se provou na Guerra da Ucrânia.

Os movimentos agressivos dos braços de Efiates da China soaram um alerta ao *establishment* imperialista em Washington. Como espelhos simétricos, a opinião pública, construída pelos conglomerados midiáticos nos Estados Unidos, era cada vez mais contrária à postura diplomática de Obama diante da agressividade chinesa. Quanto à postura internacional, o prestígio colhido pelo nacionalismo de Xi se traduzia nos Estados Unidos em percepção de fraqueza por parte do presidente Democrata. Com efeito, a política de rebalanceamento ou “Pivô” para a Ásia-Pacífico começava a delimitar uma nova postura que se tornou muito mais agressiva. Nos anos finais de sua gestão, Obama autorizou o Pentágono a concentrar sua força naval nas águas do Indo-Pacífico, com constantes operações de patrulhamento pela “liberdade de navegação” no Mar do Sul da China, para deter a militarização chinesa da área – mediante militarização estadunidense da mesma. Para incrementar os laços comerciais dos Estados Unidos com as nações da Ásia-Pacífico, Obama lançou a proposta do chamado Acordo Trans-Pacífico, que reunia 11 países (Japão, Austrália, Canadá, México, Peru, Chile, Malásia, Vietnã, Nova Zelândia, Cingapura e Brunei) junto aos Estados Unidos, excluindo a China. A retórica dos Estados Unidos acalentava a nova atmosfera crítica ao avanço chinês, como evidenciaram a cúpula sino-estadunidense em setembro de 2015 e a cúpula de segurança nuclear, em março do ano seguinte (State Council, 2016).

DONALD TRUMP, PONTO DE INFLEXÃO NA AGRESSIVIDADE DO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE

O Republicano Donald Trump representou uma mudança clara de conduta diante da administração Obama. Venceu as eleições, em uma medida não menor, pela agressividade da retórica empregada contra a China. Um demagogo de extrema direita como Trump, que emergia no bojo de um fenômeno daquilo que o marxista italiano Antonio Gramsci (2007) classificava como crise orgânica, ou crise de autoridade estatal, em inúmeros países – em que o *establishment* político dos partidos tradicionais era repudiado por amplos setores sociais em nome de figuras carismáticas consideradas oriundas de fora

do sistema – também tinha pontos de contato que o aproximavam de Xi Jinping. Ambos representavam o anseio das respectivas classes dominantes, em situações diversas, diante da diminuição dos espaços de acumulação no mercado mundial; no caso dos EUA, a fim de assegurar sua preponderância contra o novo rival, no caso da China, com o fim de erguer-se contra os obstáculos a sua emergência como competidor.

Trump buscou tecer boas relações pessoais com Xi, em seus encontros em Mar-a-Lago em abril de 2017, e em Pequim em novembro de 2017. O presidente Republicano até buscou a cooperação da China para a aprovação de sanções contra a Coreia do Norte. Essa simpatia entre figuras politicamente reacionárias, que gozavam em exibir um comportamento de “homem forte” a nível internacional, coexistia com uma crescente animosidade na relação sino-estadunidense. Donald Trump respondia à necessidade do bipartidarismo imperialista em frear a ascensão chinesa, acelerada no pós-crise mundial de 2008. Para assumir essa figura preponderante, Trump exibia a autoconfiança petulante que Cervantes deu a Dom Belianis da Grécia, “Façanhas dei à Fama imperatriz/ Fui comedido e regalado amante/ Para mim foi anão todo gigante, / E ao duelo em todo ponto satisfiz” (Cervantes, 2021, p. 26). Egocêntrico, Trump se portava como insubstituível na política de contenção do gigante asiático que, com efeito, por vezes, tratava como um anão, mas que deveria ser bloqueado a qualquer custo. A divulgação de dois documentos oficiais, o de Estratégia de Segurança Nacional, em dezembro de 2017, e o de Estratégia de Defesa Nacional, em janeiro de 2018, assinalaram essa nova abordagem provocativa da administração Trump.

Em ambos os documentos, a China ficara classificada como uma competidora estratégica dos Estados Unidos, o que oficializava *a posteriori* a postura que quisera adotar o governo George W. Bush, antes dos atentados de 2001. O documento de Estratégia de Segurança Nacional (National Security Strategy, 2017) descrevia a China e a Rússia como “potências revisionistas” e grandes potências competidoras que desejavam edificar um mundo avesso aos valores e interesses dos Estados Unidos. Advogava esforços redobrados para preservar as posições primazes dos Estados Unidos enquanto principal potência militar no mundo, assim como nos terrenos nuclear, aeroespacial, cibernético e tecnológico. O documento de Estratégia de Defesa Nacional afirmava a China e a Rússia como prioridades militares para os Estados Unidos, com a noção da era de competição entre grandes potências como eixo norteador. Os documentos buscavam descobrir a intenção real da China: deslocar os Estados Unidos de sua posição preeminente na região do Indo-Pacífico, e reordená-la de acordo com os interesses chineses.

Economicamente, Trump iniciou um conflito aduaneiro e comercial com a China, em abril de 2018, com o alegado objetivo de reduzir o déficit comercial dos Estados Unidos na relação bilateral. Em junho de 2018, Trump impôs tarifas às importações de bens chineses que totalizavam US\$50 bilhões; em setembro do mesmo ano, alcançavam US\$200 bilhões. A “guerra tarifária” entre as potências teve implicações diretas na desaceleração do comércio mundial, mas pouco efeito sobre o próprio déficit estadunidense. De fato, o verdadeiro objetivo não era comercial. Os Estados Unidos utilizavam a “guerra tarifária” com dois fundamentos essenciais. Como afirma Paula Bach:

Em primeiro lugar, as tarifas funcionam como um ‘mecanismo de pressão’ com duplo objetivo. Serviam, por um lado, para frear a corrida da China no desenvolvimento de novas tecnologias e na expansão de suas próprias empresas e capitais, que a posicionam como um competidor global cada vez mais perigoso tanto em termos econômicos como geopolíticos; por outro, melhorar as condições de entrada das transnacionais estadunidenses na China. [...] Em segundo lugar, as tarifas eram um “mecanismo de propaganda” de Trump para sua base eleitoral, na medida em que sugeria que tanto as empresas estadunidenses prejudicadas em sua relação comercial direcionariam seus investimentos para o território estadunidense, o que recomporia os postos de trabalho perdidos durante as últimas décadas (Bach, 2019, tradução nossa).

O ponto mais importante desse conflito comercial era sua característica de fachada para a verdadeira pulsão política dos Estados Unidos de *preservar sua preeminência industrial-tecnológica frente ao avanço da China*. Essa preocupação em manter-se na posição suprema de potência tecnológica no mundo se traduziu na punição de inúmeras empresas de tecnologia chinesas, emblematicamente os vetos à Huawei que lhe prejudicavam o desenvolvimento do 5G, ou punições à ZTE, ao TikTok, ao aplicativo WeChat da empresa Tencent, ou mesmo a proibição da compra da Lattice Semiconductor Corporation pela chinesa Canyon Bridge Fund (Exame, 2017).

Nesse processo, a política ofensiva de Trump contra a China dificultava e objetivava, ao mesmo tempo, isolá-la no panorama internacional. A idiossincrasia geopolítica trumpista, que assediava ao mesmo tempo os aliados transatlânticos tradicionais dos Estados Unidos e as principais potências da União Europeia, atuava contraditoriamente aos objetivos do próprio governo, isolando os EUA ao invés da China. Trump também rompia com a conduta bipartidária dos Estados Unidos de preservar suas alianças estratégicas, movendo-se num terreno de múltiplas relações bilaterais, alérgica a grandes acordos multilaterais. Trump ameaçava aplicar tarifas comerciais contra países como França e Alemanha, junto à Inglaterra os principais aliados europeus de Washington nos organismos da ONU e da OTAN. Fazia, ademais, uma campanha sistemática para que a Alemanha, a Inglaterra e a França aumentassem sua contribuição orçamentária para o fundo de defesa da OTAN, afirmando que os Estados Unidos não poderiam garantir sozinhos a segurança global. O cancelamento do Acordo Trans-Pacífico e a renúncia de Trump a participar do Acordo Nuclear com o Irã foram movimentos que indispueram diversos parceiros tradicionais da Casa Branca. Essa orientação política obedecia a sua concepção segundo a qual os Estados Unidos deveriam afastar-se da posição de guardião dos assuntos do mundo, e concentrar-se em seus próprios interesses. Essas divisões facilitavam a fragmentação da postura de cada potência diante do desafio chinês, e permitiam a Xi Jinping figurar como defensor da globalização e do multilateralismo, em detrimento dos Estados Unidos, em eventos internacionais como o Fórum de Davos.

A concentração da atenção de Trump sobre a Coreia do Norte era parte da sua política de causar incômodos a Xi Jinping. A Coreia do Norte, que faz fronteira com a China, é utilizada por Pequim como uma zona de amortecimento contra a presença militar dos Estados Unidos na Coreia do Sul e no Japão. A reunião histórica ocorrida entre Donald Trump e Kim Jong-un, em março de 2018 em Pyongyang, marcou um dos movimentos

mais insólitos na história política recente dos Estados Unidos para tentar enfraquecer a China na Ásia, mediante o incentivo de discórdias entre os vizinhos. O temário de debate, um acordo para frear o programa nuclear norte-coreano, era apenas um pretexto, aliás com um longo histórico³. A China respondeu na mesma moeda, e deixou claro que nada se faria na região sem a estrita autorização de Xi Jinping. Depois do espetáculo de autopromoção, Trump relegou a segundo plano as tratativas com Kim Jong-un.

Na administração Trump, o eixo da disputa passou a se situar em termos mais estratégicos nos campos da tecnologia, das telecomunicações, do ciberespaço, e da potência militar. Foi Trump, efetivamente, quem reativou as capacidades navais dos Estados Unidos, cujo exército havia se concentrado em operações terrestres e aéreas no Oriente Médio durante muitos anos. Apesar de negar o “Pivô” para a Ásia-Pacífico, promulgado por Obama, Trump foi quem deu passos decisivos para a concentração das atenções militares no Indo-Pacífico, concedendo nova relevância para a Marinha dos Estados Unidos. Como um Ulisses na *Divina Comédia*, antes que as águas se fechassem sobre Washington, o Republicano com aspirações de almirante buscou aventurar-se por águas desconhecidas, a fim de colocar em xeque as aspirações de domínio marítimo da China. Trump negou repetidamente as alegações da China sobre seus direitos históricos de posse sobre o Mar do Sul da China, opôs-se vigorosamente à construção de ilhas artificiais a partir dos recifes do arquipélago Spratly, e robusteceu as patrulhas para liberdade de navegação, junto com operações militares para conter a assertividade chinesa sobre Taiwan⁴. É possível dizer que, por baixo do dilúvio retórico que assombrava a imprensa diariamente, as movimentações de Trump com a Marinha dos Estados Unidos tenham sido o principal legado do Republicano na competição com a China. Fortalecia, assim, a frota estadunidense, mediante a finalização do processo de retirada das tropas dos Estados Unidos de importantes teatros de guerra no Oriente Médio, como na Síria.

Joe Biden emergiu no cenário internacional como presidente dos Estados Unidos após o primeiro ano da pandemia do coronavírus assolar o mundo e agravar os problemas herdados da crise econômica mundial de 2008. Opondo-se à reeleição de Trump, a figura conservadora de Biden, partícipe do mesmo sistema bipartidário imperialista em crise, fora alçada como uma válvula de “restauração da democracia” pelos poderes fácticos de

³ Em 1994, três anos depois de remover suas armas nucleares do território sul-coreano, o governo Clinton acertou um acordo com o governo da Coreia do Norte, o “*Agreed Framework*”, em que Pyongyang aceitava congelar seu programa de enriquecimento de plutônio com fins militares, inclusive dois reatores, em troca de ajuda financeira. Esse acordo colapsa em 2002, em meio à crescente hostilidade entre Washington e Pyongyang, momento em que George W. Bush inclui a Coreia do Norte no chamado “Eixo do Mal”, junto a países do Oriente Médio como Iraque e Afeganistão. Em 2005, fruto de nova rodada de negociações entre um rol de países (Estados Unidos, as duas Coreias, China, Rússia e Japão), Pyongyang anunciou abandonar seu programa nuclear; entretanto, no ano seguinte, o regime de Kim Jong-Il testa seu primeiro dispositivo nuclear, o que recrudesce a crise até o fim das relações diplomáticas em 2009, com a condenação internacional após o lançamento do míssil balístico Taepodong-2. Em 2017, já sob Kim Jong-un, a Coreia do Norte lança três mísseis balísticos intercontinentais, abrindo a pior fase da crise diplomática com Donald Trump.

⁴ A título de exemplo, os navios de guerra da Sétima Frota dos Estados Unidos passaram a realizar exercícios militares no Mar do Sul da China, em março de 2018, com a participação do porta-aviões *USS Carl Vinson*, junto à Marinha japonesa; nos meses seguintes, entre 2018 e 2019, Trump autorizou o envio regular de caças bombardeiros B52 para sobrevoar o Estreito de Taiwan e o Mar do Sul da China, incrementando a militarização da área.

Wall Street, até então encantados com Trump, mas preocupados com a deslegitimação das instituições do regime estatal. A postura “benévola” de Biden estava condicionada à pressão de setores de massas dos Estados Unidos, que junto à juventude negra foram parte do fenômeno do *Black Lives Matter* de 2020, com as maiores manifestações de massas da história dos Estados Unidos, após o assassinato policial de George Floyd. A operação de contenção da luta de classes na maior potência imperialista do mundo envolveu a reconstrução de um Biden aparentemente afastado do bipartidarismo tradicional em crise, oposto à extrema direita Republicana. Desejoso de resgatar as alianças internacionais tradicionais de Washington e recompor a figura dos Estados Unidos como baluarte da segurança capitalista mundial, em oposição ao isolacionismo nacionalista de Trump, Biden tomou medidas para desfazer a herança trumpista em determinados segmentos da vida política e social. Entretanto, ficou notória a linha de continuidade marcante que Biden estabeleceu com Trump em relação à China. A agressividade trumpista foi tomada pela nova administração Democrata como algo a ser aprofundado, ainda que nos marcos definidos pelo complexo equilíbrio entre cooperação e competição na relação simbiótica entre as potências.

No breve documento intitulado “Guia Provisório de Estratégia de Segurança Nacional” (*Interim National Security Strategic Guidance*), divulgado em março de 2021 sob os auspícios da administração Biden, a China é mencionada nada menos que 15 vezes (a Rússia é citada 5 vezes, e o Irã apenas 4). Nele, a Casa Branca afirmava taxativamente, em sua primeira formulação dessa natureza desde o documento de Segurança Nacional de 2017, que a “China é o único competidor potencialmente capaz de combinar o seu poderio econômico, diplomático, militar e tecnológico a fim de opor um desafio sustentado a um sistema internacional aberto e estável” (White House, 2021). Sobre as alianças estadunidenses, o documento afirma o compromisso de fortalecer e defender a rede de aliados dos Estados Unidos, um objetivo central para enfraquecer as alianças chinesas. Assim, os vizinhos asiáticos da China não ficam de fora do relatório: Washington promete defender as nações de qualquer coerção chinesa. Nomeadamente, o documento enfatiza Taiwan como uma “importante democracia e parceira econômica e de segurança crucial” dos Estados Unidos, que será protegida “de acordo com os duradouros compromissos dos EUA”, assim como os interesses da população de Hong Kong, de Xinjiang e do Tibete. Já no primeiro documento oficial de Estratégia de Segurança Nacional da administração Biden, divulgado simultaneamente ao 20º Congresso do PCCh em outubro de 2022, o Partido Democrata destaca a China como o principal rival estratégico dos Estados Unidos, abrigando “a intenção e, cada vez mais, a capacidade de remodelar a ordem internacional em favor de uma ordem que incline o campo de disputa global em seu benefício”. Embora Biden tenha afirmado não apoiar a independência de Taiwan, com a recente eleição do independentista Lai Ching-te, em mais de uma oportunidade insinuou que os Estados Unidos viriam em auxílio de Taipei caso o governo chinês definisse a reincorporação da ilha por meios militares, contrariando a ambiguidade estratégica da política de “Uma só China”.

No terreno da segurança tecnológica, Biden foi ainda mais agressivo que Trump no bloqueio do acesso da China à tecnologia estadunidense que implicasse pesquisa e desenvolvimento na área científico-militar. Aí reside o tema dos semicondutores. Sob os novos controles de exportação anunciados em outubro de 2022 pela administração Biden, semicondutores fabricados com tecnologia estadunidense para uso em inteligência artificial, computação de alto desempenho e supercomputadores só podem ser vendidos à China com uma licença de exportação⁵. O objetivo é aumentar a dificuldade para as empresas chinesas obterem ou fabricarem *microchips* de computação avançada, desenvolver supercomputadores com aplicações militares (desde a modelagem de armas nucleares até o desenvolvimento de armas hipersônicas), além de retardar seu progresso no ramo da inteligência artificial. Os controles atingem as empresas chinesas de várias maneiras, impedindo o acesso a ferramentas críticas a grupos como o *Semiconductor Manufacturing International Corp.* (SMIC) e o *Yangtze Memory Technologies Co.* (YMTC).

Diante dessa pressão, o discurso inaugural de Xi Jinping ao Congresso que entronizou seu terceiro mandato foi atravessado pela necessidade de apresentar uma postura firme ao público doméstico e internacional. O mandatário chinês assegurou que estariam em curso no cenário internacional “mudanças drásticas”, especialmente tentativas externas de chantagear, conter, bloquear e exercer a máxima pressão sobre a China. As incertezas e fatores imprevisíveis estariam aumentando, a China deveria estar pronta para “resistir a ventos fortes, águas agitadas e até mesmo tempestades perigosas”.

Todos esses elementos apontam a um acirramento das tensões no contexto de uma nova situação de competição entre potências, que em perspectiva pode sair do controle. Nem todos parecem ver dessa forma. Mahbubani (2020) argumenta que, pela natureza da competição entre potências nucleares da importância de EUA e China, e a previsível destruição mútua que adviria de um enfrentamento entre ambos, poder-se-ia prever que o desenlace do conflito não seria sacramentado em termos militares. Ademais, pelos custos de manutenção do seu imenso aparato militar, o aumento do orçamento andaria na contramão de um plano racional sintonizado aos interesses do imperialismo estadunidense (Mahbubani, 2020). É certo que os riscos avultados que endereçam uma conflagração militar aberta entre EUA e China modulam os cálculos de ambas as potências, em primeiro lugar do imperialismo norte-americano. Entretanto, Mahbubani parece secundarizar as tendências inscritas na época de decadência capitalista, e que resultam na forma característica em que as disputas entre grandes potências por novos espaços de acumulação de capital passaram a se dar a partir do ponto de inflexão do século XX. Não é nova a concepção de que as guerras entre Estados estariam obsoletas, quer pelas forças de destruição alcançadas pelo aparato militar, quer pelos mecanismos diplomáticos supraestatais. A guerra da Ucrânia, entretanto, recolocou no panorama histórico a

⁵ Sublinhando o escopo dos controles de exportação, a administração Biden lançou mão de um mecanismo usado pelo governo Trump contra a companhia chinesa Huawei, a “regra do produto direto estrangeiro”, proibindo qualquer empresa de dentro ou fora dos Estados Unidos de fornecer hardware ou software a entidades chinesas visadas cuja cadeia de fornecimento contenha tecnologia estadunidense.

possibilidade das guerras interestatais em territórios geopolíticos centrais. O desenvolvimento da indústria tecnológico-militar no século XX, inédito até então, foi um veículo para o desencadeamento das campanhas destrutivas de massas nas grandes guerras, e não um bloqueio a elas.

A TESE DA MULTIPOLARIDADE

Esses elementos jogam nova luz na tese da multipolaridade capitalista supostamente benigna diante da desordem mundial. Segundo esta aproximação teórica, como contraponto à bestialidade da ordem mundial unipolar comandada pelos Estados Unidos, existiria um valor intrinsecamente positivo na proliferação de potências capitalistas, que atuariam como atenuadoras das tendências militaristas estadunidenses, modelando uma espécie de integração global não-beligerante. À testa desse novo bloco de potências, a China teria lugar de destaque. Esse tipo de concepção é tributária de uma corrente de interpretação que enxerga na China um desenvolvimento com características essencialmente pacifistas, presente em sua história nacional. Um expoente dessa visão foi o economista italiano Giovanni Arrighi (2008), que em sua obra *Adam Smith em Pequim*, buscou demonstrar uma tradição não hegemônica da cultura imperial oriental, que dava contornos muito particulares à atual ascensão econômica chinesa. Circunscrevendo o argumento central, Arrighi considerava que, ao contrário das potências mercantis e imperialistas anteriores, a China teria gozado uma tradição milenar antimilitarista, que marcava diferenças substanciais com o sistema de Estados europeu. Enquanto esse sistema esteve marcado por uma incessante competição militar e por tendências à expansão geográfica, o sistema de Estados asiático (em cujo centro estava a China) se caracterizava por ausência de competição militar e também de tendências à expansão (Arrighi, 2008, p. 323). Isso habilitaria a China, segundo o pensamento de Arrighi, a emergir pacificamente como novo *hegemon* econômico, sem impor sua vontade pela força. De fato, afirma que estaríamos diante da possibilidade do surgimento de “uma nova ordem mundial centrada na China, mas não necessariamente dominada por ela” (Arrighi, 2008, p. 320), uma definição que exerce certa separação taxativa entre a dominação econômica e a imposição da força militar para garanti-la. Nesse sentido, a evolução da China interessaria o mundo porque implicaria o crescimento de todos, dissolvendo a unipolaridade norte-americana e restaurando uma ordem multipolar de equilíbrio de poderes capaz de soffrear as tendências mais beligerantes dos EUA.

Esse pensamento foi a base de uma ampla gama de elaborações contemporâneas, que embora dissímeis entre si e não coincidindo imediatamente com as conclusões de Arrighi, aderem ao que se poderia chamar de “multipolaridade benigna” do capitalismo chinês. Ou seja, a ideia, relativamente popular, de que o crescimento da China tal qual é diminuiria as tensões mundiais. Essa tese sofre de sérios percalços. Talvez o problema mais chamativo seja esquecer que na nossa época *os processos de decadência e ascensão de*

potências hegemônicas não acontece de maneira harmônica, e sim através de meios militares. A transição das incumbências hegemônicas entre Inglaterra e Estados Unidos não atendeu às prerrogativas alegadamente pacíficas da substituição de potências dentro de ciclos normais de ascensão e decadência. Duas guerras mundiais foram necessárias para definir que Washington dominaria os assuntos capitalistas no Ocidente. Enquanto isso, uma terça parte do planeta se situava fora da esfera de acumulação do capital durante a Guerra Fria. Grandes comoções sociais se estenderam por toda a segunda metade do século XX até que, através dos resultados da luta de classes na arena global, o desfecho triunfante ao neoliberalismo embriagasse historiadores como Francis Fukuyama (2015) com a ilusão do fim da história. Atualmente, a Guerra da Ucrânia, ou aquela entre Azerbaijão e Armênia, ou mesmo o massacre da população palestina em Gaza, conflitos muito distintos entre si – mas contemporâneos todos à disputa entre EUA e China – não indicam nada parecido com a ampliação de tendências antimilitaristas.

Essa competição entre grandes potências, sendo os Estados Unidos a força imperialista incontestada diante de uma China capitalista apenas em rápida ascensão, *por ora não se manifestou em termos bélicos*. Entretanto, não se deduz daí que o perigo do choque direto entre ambas as forças armadas seja um inibidor universal de conflitos. Mais uma vez, a mais avançada tecnologia militar de então, com capacidade destrutiva inigualável comparada com as eras anteriores – e provada no campo de batalha – não impediu a eclosão da Segunda Guerra Mundial. A acumulação de atritos e a permanência em um caminho ríspido de choques, no contexto de uma insanável crise de acumulação do capital, pode terminar em conflagrações que vão além dos cálculos dos Estados nacionais – e mesmo derivada deles, uma vez que a guerra segue sendo a continuação da política por outros meios (a saber, pela violência física).

É conhecido aquilo de que é capaz o imperialismo norte-americano para permanecer na cúspide do poder. Mas, qual a contribuição da China para esse panorama de desordem mundial? Estaria o governo chinês preparando uma ascensão pacífica, alheia aos métodos espoliadores que durante séculos ligaram, no Ocidente, a ascensão econômica à dominação militar? Do ponto de vista econômico, seria impossível imaginar a exploração do trabalho no século XXI sem incluir a voraz extração de mais-valia nos países da África, da Ásia e da América Latina por parte dos conglomerados chineses, tanto estatais como privados (que se enriqueceram muito na era Xi Jinping). Podemos identificar tal tendência nos acordos financeiros e comerciais que a China realiza em troca de acesso privilegiado à pilhagem de matérias-primas, como lítio, cobre e petróleo, explorando força de trabalho dos países oprimidos, quando não exportando a própria força de trabalho chinesa, como nas obras da Nova Rota da Seda.

Do ponto de vista geopolítico, muito se fala das intervenções pacificadoras da China no Oriente Médio, como entre Arábia Saudita e Irã (ou sua proposta de paz na Ucrânia), mas pouco se fala do apoio de Pequim ao golpe militar em Myanmar, em 2021, ou da sustentação compartilhada com os Estados Unidos de múltiplos governos autoritários na África. Além disso, ao se tratar da “multipolaridade benigna”, é de hábito fazer certa

desconstrução ou desvalorização dos aspectos repressivos do Estado chinês, que desabam sobre as nacionalidades oprimidas, em especial os muçulmanos.

Do ponto de vista ambiental, a própria voracidade do capital chinês nos setores agrícola, energético ou da mineração a converte num agente de degradação do meio ambiente, junto com as potências Ocidentais. Em nosso subcontinente, enquanto os EUA destroem a Amazônia há décadas, os capitais chineses entraram na corrida extrativista na Amazônia equatoriana, extraindo cobre na mina de Mirador, ou construindo hidrelétricas poluentes como a de Rucalhue no Chile, além de disputar o triângulo do lítio – que envolve Argentina, Bolívia e Chile – com os EUA. E do ponto de vista militar, a militarização do Mar do Sul da China, os exercícios militares conjuntos com a Rússia ou as ameaças a Taiwan desautorizam qualquer noção de “ascensão pacífica” por parte da China.

Ou seja, segundo essas coordenadas básicas tratadas em seu *Adam Smith em Pequim*, as teses do Arrighi que fundamentam o que hoje se pode chamar de “multipolaridade benigna chinesa” não se verificam na realidade.

CONCLUSÃO

Vimos que o cenário de um conflito aberto entre Estados Unidos e China, apesar de não ser ainda uma realidade, está inscrito como tendência na situação de crise de acumulação de capital e atritos geopolíticos na disputa pela primazia tecnológica. A crise econômica de 2008, cujas consequências não resolvidas foram agravadas pela pandemia da COVID-19 e pela Guerra da Ucrânia, restringe os espaços de valorização do valor e abre caminho ao retorno da competição entre potências. A instabilidade e o acúmulo de choques entre Washington e Pequim compõem um quadro de maiores, e não menores, tendências militaristas, de todas as partes envolvidas. A própria história recente revela que a animosidade entre os Estados Unidos e a China possui décadas de existência, ainda que, diferentemente do período da Guerra Fria, a atual rivalidade esteja fundada num mundo de esgotamento do ciclo neoliberal e de desafio da potência chinesa ascendente à atual ordenação desse mesmo sistema de Estados, controlado pelos Estados Unidos desde o final da Segunda Guerra Mundial, e com mais propriedade desde a dissolução da URSS e a restauração na China. A possibilidade de impedir novas catástrofes militares está reservada não à potência dissuasiva das armas imperialistas, mas à dinâmica entre revolução e contrarrevolução, ou à capacidade de triunfos revolucionários que superem a ordenação capitalista e abram caminho à reorganização socialista em uma civilização historicamente superior. Esta definição se aplica conseqüentemente à disputa entre os Estados Unidos e a China, que deixados à lógica particular de sua competição, pode alcançar uma dimensão inesperada. Como conceito, não estamos ainda diante da realidade de uma guerra sino-estadunidense. A Guerra da Ucrânia, não obstante, confirma que com a crise de 2008, que pôs fim à prolongada hegemonia neoliberal, agravada pela pandemia e pela crise ambiental, reduzem-se as margens para um desenvolvimento evolutivo

da situação de competição entre potências. As tendências profundas de guerras, crises e revoluções, próprias da época, reatualizam-se na etapa. Para além dos ritmos, a disputa sino-estadunidense obedece a essa dinâmica da qual não pode escapar.

Diante desse cenário, cumpre restabelecer as coordenadas da luta de classes que poderiam apresentar um horizonte diferente do desenlace bélico. Antonio Gramsci, nos escritos carcerários, afirma que o modo através do qual se exprime a condição de grande potência é dado pela possibilidade de imprimir à atividade de outros Estados a sua influência, incluindo o artifício da força (Gramsci, 2007, p. 55). Ao mesmo tempo, trata da possibilidade do sujeito social subalterno, cuja preponderância hegemônica concedia aos trabalhadores enquanto classe, de evitar com seus próprios métodos as soluções catastróficas dos setores dominantes, quer sejam suas disputas internas de classe, quer sejam suas disputas internacionais. Entre os elementos para calcular o poder entre os Estados, Gramsci acrescenta o fator imponderável do movimento de massas na transformação do equilíbrio de forças, e sua posição ideológica no mundo, aludindo ao exemplo da França durante a Revolução de 1789 e o período napoleônico (Gramsci, 2007, p. 54). Não esgotar os conflitos na pura geopolítica é uma maneira fina de entender todas as implicações que os anos de provocações políticas e militares entre as potências podem gerar nas forças sociais sujeitadas, que já não aceitam viver como até aqui. As rebeliões dos últimos anos que atravessaram o mundo, com a limitação de ainda não se terem convertido em revoluções – que questionam o conjunto da ordem estabelecida por um determinado poder de classe, e que se propõem a alterá-lo – mostram que o fim de ciclo neoliberal não conterà apenas atritos estatais, mas também imponentes choques entre projetos de sociedade incorporados em seus sujeitos de classe. A greve histórica dos trabalhadores metalúrgicos das três principais automotrizes estadunidenses (Ford, General Motors e Stellantis) e a rebelião dos trabalhadores da maior fábrica de iPhones do mundo, a Foxconn de Zhengzhou – que desafiou a política central de Xi Jinping – são parte dessas tendências. Os trabalhadores chineses e estadunidenses, junto aos povos do mundo, terão ocasião de apresentar sua palavra na mesa da história.

REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, Daron; RESTREPO, Pascual. Automation and New Tasks: How Technology Displaces and Reinstates Labor. **The Journal of Economic Perspectives**, [s. l.], v. 33, n. 2, p. 3-30, 2019.
- ANTUNES, Ricardo. **Icebergs à deriva**: o trabalho nas plataformas digitais. São Paulo: Boitempo, 2023.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XX. São Paulo: Boitempo, 2008.
- EXAME. Trump proíbe compra de empresa americana por estatal chinesa. **Exame**, 13 set. 2017. Disponível em: <https://exame.com/negocios/trump-proibe-compra-de-empresa-americana-por-estatal-chinesa/>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- BACH, Paula. Reflexiones sobre la “guerra comercial”, la economía mundial y sus derivaciones latinoamericanas. **Ideas de Izquierda**, 8 dez. 2019 Disponível em: <https://www.laizquierdadiario.com/Reflexiones-sobre-la-Guerra-comercial-la-economia-mundial-y-sus-derivaciones-latinoamericanas>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- BORJAS, George; FREEMAN, Richard. From Immigrants to Robots: The Changing Locus of Substitutes for Workers. **RSF: The Russell Sage Foundation Journal of the Social Sciences**, [s. l.], v. 5, n. 5, p. 22-42, 2019.
- CERVANTES, Miguel de. **Dom Quixote de la Mancha**. Porto Alegre: Clube de Literatura Clássica, 2021.
- CHEN, Mengni; KWOK, Chi Leung; SHAN, Haiyue; YIP, Paul. Decomposing and Predicting China’s GDP Growth: Past, Present, and Future. **Population and Development Review**, [s. l.], v. 44, n. 1, p. 143-157, 2018. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/26622796>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- ERNST, Dieter. Advanced Manufacturing and China’s Future for Jobs. Innovation and Economic Growth Series. **East-West Center Working Papers**, 2016.
- FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MAHBUBANI, Kishore. **Has China Won?** The Chinese Challenge to American Primacy. New York: Public Affairs, 2020.

MARX, Karl. **Grundrisse**: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

NATIONAL SECURITY STRATEGY OF THE UNITED STATES OF AMERICA. United States of America, dez. 2017. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2024.

RUCKUS, Ralf. **The Communist Road to Capitalism**: How Unrest and Containment Have Pushed China's (R)evolution Since 1949. New York: PM Press, 2021.

SAUNDERS, Phillip; BOWIE, Julia. US-China Military Relations: Competition and Cooperation in the Obama and Trump Eras. *In*: BITZINGER, Richard A.; CHAR, James. **Reshaping the Chinese Military**: the PLA's Roles and Missions in the Xi Jinping Era. New York: Routledge, 2019. p. 88-108.

SHENGJUN, Zhu; TU, Lan; CANFEI, He. New Generation, New Path: Industrial Restructuring Led by China's "Notorious" Fierdai Generation. **China Review**, China, v. 17, n. 3. p. 1-30, 2017.

STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. China, U.S. agree to expand common interests, control differences. **Xinhua**, abril de 2016. Disponível em: http://www.scio.gov.cn/news_0/202209/t20220921_413737.html. Acesso em: 20 mar. 2024.

STENSLIE, Stig; GALTUNG, Marte Kjaer. **Xi Jinping's China**: the Personal and the Political. London: Lynne Rienner Publishers, 2023.

SUTTER, Robert. **US-China Relations**: Perilous Past, Uncertain Future. London: Rowman & Littlefield, 2018.

WHITE HOUSE. **Interim National Security Strategic Guidance**. 2021. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2021/03/NSC-1v2.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.